



MANDATO PRESENTE

Atuação Parlamentar 2015 - 2016



Deputado Federal
Helder Salomão

MANDATO PRESENTE

Atuação Parlamentar 2015 - 2016

Deputado Federal
Helder Salomão

Expediente:

A publicação Mandato Presente – atuação parlamentar 2015-2016 foi produzida pela equipe do deputado federal Helder Salomão.

Diagramação: Rafael Aquiles Coffler

Impressão: gráfica da Câmara dos Deputados

Tiragem: 1.900 exemplares

Sumário

Mandato Presente – Atuação Parlamentar 2015 - 2016	5
Apresentação	7
Trabalho pela cidade de Cariacica	9
Atuação em Brasília	11
Plenário	12
Posicionamentos do deputado Helder Salomão	13
Comissões	20
Grupo Parlamentar Brasil – Itália – (2015/2016)	23
Frentes Parlamentares	23
Projetos de Lei	26
Mandato Presente no Espírito Santo.	34
Núcleos do Mandato	35
Eventos no Espírito Santo	37
Mandato na rua.	41
Prestação de contas	43
Emendas Parlamentares	45
Áreas de investimento.	45
Investimentos em Cariacica	46
Outros investimentos – 2015 e 2016	48
Comunicação do Mandato.	49
Palestras.	51
Discursos proferidos em plenário	54
Artigos publicados.	69
Assessoria do mandato.	78



Pronunciamento em plenário na Câmara dos Deputados
Foto: Antônio Augusto - Câmara Federal

Mandato Presente

Atuação Parlamentar 2015 - 2016

“Desde que iniciei a minha trajetória política, gosto de estar próximo das pessoas. Foi assim quando fui vereador, deputado estadual, prefeito por dois mandatos e não seria diferente como deputado federal. Acredito que quando temos humildade para ouvir o povo, é possível conhecer os seus anseios e suas necessidades. Por isso, quando assumi o mandato na Câmara Federal, mantive essa linha de atuação com o objetivo de fazer um mandato presente, mantendo permanentemente um canal de diálogo direto com a população. Tenho muito orgulho de representar o povo brasileiro e o povo capixaba na Câmara dos Deputados”.

Helder Salomão
Deputado Federal PT/ES

Apresentação

A publicação Mandato Presente - atuação parlamentar 2015-2016 é um registro do trabalho do deputado federal Helder Salomão por meio das principais ações desenvolvidas em seus dois primeiros anos na Câmara Federal.

Helder foi eleito deputado federal com 83.967, dos quais 73% foram conquistados em Cariacica, cidade da Grande Vitória em que mora há mais de 40 anos e que foi prefeito por oito anos (2005-2012). Ao planejar o seu mandato no Legislativo Federal, considerou algumas estratégias que foram adotadas em sua gestão municipal.

Nas páginas deste material constam as ações do mandato que foram planejadas e executadas com foco na transparência e na participação popular, e estruturado em quatro bandeiras prioritárias: Pequenos Negócios, Educação, Municipalismo e Assistência Social.

Nas linhas a seguir, também é possível conhecer a postura adotada por Helder Salomão em plenário, dando destaque ao voto contrário à admissibilidade do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. A participação nas Comissões, os projetos de lei apresentados, alguns discursos proferidos, os recursos destinados à população capixaba por meio de emendas parlamentares, os artigos publicados, as palestras ministradas, os eventos promovidos em seu Estado base, o Espírito Santo, bem como outras atividades inerentes ao Legislativo também se apresentam aqui.

Esta publicação é mais uma forma de divulgar para a população como atuam o deputado Helder e a sua equipe de assessores para realizarem um Mandato Presente.

Boa leitura!



Cidade de Cariacica/ES - Foto: Leonel Albuquerque

Trabalho pela cidade de Cariacica

Cariacica é uma cidade com aproximadamente 380 mil habitantes, localizada próxima a Vitória, capital do Espírito Santo, e que tem na sua história marcas profundas de administrações que não estavam preocupadas com o bem-estar da população.

Em 2005, com a eleição de Helder Salomão para prefeito da cidade, houve uma ruptura político-administrativa e o município ganhou um novo impulso no seu desenvolvimento político e social. A realização, em dois mandatos, de uma administração focada na educação de qualidade, na participação popular, no resgate da autoestima do cariaticquense, no crescimento econômico e social da cidade com novos investimentos e mais oportunidades para os pequenos negócios, transformou Cariacica.

Todo empenho do prefeito e sua equipe para organizar e melhorar a cidade e dar ao munícipe a dignidade que ele merecia, foi reconhecido por meio de 18 prêmios estaduais e nacionais. A gestão empreendedora realizada em Cariacica

entre os anos de 2005 e 2012 virou referência nacional, sendo divulgada em todas as regiões do Brasil e em países como Itália, Espanha, Inglaterra e Escócia. Uma satisfação!

Em 2016, quatro anos após deixar a prefeitura, três experiências adotadas pela administração petista em Cariacica - Orçamento Participativo, Educação e o apoio aos Pequenos Negócios - viraram cases no livro Desafios das Cidades – desenvolvimento com participação e inclusão social, lançado pela Fundação Perseu Abramo, com base nas bem-sucedidas experiências de deputados federais do Partido dos Trabalhadores (PT) que já foram prefeitos.

No âmbito do Poder Legislativo o trabalho continua em favor de Cariacica. Na condição de parlamentar, a primeira solicitação de Helder Salomão ao Governo do Estado foi a construção do Hospital Geral de Cariacica, um pleito antigo da cidade. Somado a esse pedido, que foi aceito, o deputado indicou R\$ 13 milhões em emendas parlamentares – individuais e de bancada – em apoio a obra desse importante equipamento público de saúde que vai atender a todo Estado.

Com o mesmo empenho, o deputado atua em favor dos outros 77 municípios capixabas defendendo demandas municipais junto a ministérios, na busca por liberações de recursos de convênios, destinando emendas parlamentares, defendendo os investimentos estratégicos para o desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, entre outras ações.



Congresso Nacional/DF | Foto: Eurritimia

Atuação em Brasília

“Em dois anos em Brasília apresentei 15 projetos de lei, indiquei recursos de Emendas parlamentares para vários municípios capixabas, atuei com firmeza nas Comissões e Frentes Parlamentares da Casa, fui assíduo nas votações em plenário, defendi todas as proposições favoráveis à maioria do povo brasileiro e participei de articulações no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo em favor da nossas cidades. Mas, além disso, defendi o combate sem tréguas à corrupção existente no Brasil. Defendi as investigações imparciais, comprometidas com a verdade e a punição, sem seletividade, de todos os que comprovadamente tiveram envolvimento com práticas ilícitas”.

Helder Salomão
Deputado Federal PT/ES



Sessão do impeachment em 17 de abril de 2016
Foto: Nilton Bastian/Câmara Federal

Plenário

"...no dia em que tomei posse eu fiz um juramento: jurei defender e respeitar a Constituição brasileira, jurei defender a democracia. Por isso, meu voto é não ao golpe!"

Foi com essas palavras que Helder Salomão registrou seu posicionamento em plenário durante a votação mais importante da Câmara Federal nos últimos dois anos. Com postura firme o deputado afirmou que o então presidente da Casa, Eduardo Cunha, não tinha moral para presidir o parlamento brasileiro, e votou contrário a admissibilidade do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff por não haver contra ela nenhuma prova de crime de responsabilidade.

E com a mesma firmeza e compromisso com o povo brasileiro, o parlamentar, que tem 99% de assiduidade, posicionou-se, contra ou a favor, a todas as outras matérias que foram colocadas em votação no plenário ou discutidas no âmbito da Câmara Federal.

Posicionamentos do deputado Helder Salomão

Lei que condena o Femicídio PL 8305/2014	A FAVOR
Lei que qualifica o assassinato de mulheres como Femicídio sempre que o crime for motivado por preconceito contra a mulher.	

Terceirização PL 4330/2004	CONTRA
Por duas vezes o deputado votou contra o PL 4330, que prevê a contratação de serviços terceirizados para qualquer atividade, sem restrições, autorizando, inclusive, que o serviço público terceirize suas atividades fins.	

Regulamentação das Domésticas PLP 302/2003	A FAVOR
Tornou-se a Lei Complementar 15/2015 que regulamenta os direitos trabalhistas de empregados (as) domésticos (as).	

“Parlashopping”	CONTRA
Construção do shopping no anexo da Câmara Federal que vai custar R\$ 1 bilhão.	

PEC do Comércio Eletrônico PEC 197/2012	A FAVOR
Divisão do ICMS das vendas eletrônicas entre os estados de origem e os de destino dos produtos adquiridos. Estima-se que o Espírito Santo arrecade R\$ 200 milhões por ano.	

Passagens para cônjuges**CONTRA**

Decisão da mesa diretora da Câmara Federal de pagar passagens aéreas para os cônjuges dos parlamentares irem a Brasília.

Aumento de impostos para instituições financeiras**A FAVOR****MP 675/2015**

Aumenta de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido de instituições financeiras.

Financiamento de campanha por empresas**CONTRA****PEC 182/2007**

Parte da Reforma Política que manteve o financiamento de campanhas com doações de empresas a partidos políticos.

Micro e Pequenas Empresas**A FAVOR****PL 106/2011**

Proposta que autoriza a constituição de sociedade de garantia solidária para micro e pequenas empresas.

Fim da meia entrada**CONTRA****PL 7726/2014**

Altera a lei da Meia Entrada dificultando a fiscalização e a concessão da meia entrada a estudantes, por acabar com a obrigatoriedade de os estabelecimentos prestarem contas da venda de ingressos às entidades estudantis em âmbito nacional, estadual e municipal.

Equiparação Salarial PEC 443/2009	A FAVOR
Vincula o salário da Advocacia-Geral da União (AGU), das carreiras de delegado da Polícia Federal e da Polícia Civil dos estados e do Distrito Federal, ao subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).	
Fim da demarcação de Terras Indígenas PEC 215/2000	CONTRA
Altera a Constituição dando ao Senado a competência para decidir sobre a demarcação de terras indígenas, o que representará violação dos direitos desses povos e o fim das demarcações.	
Regulamentação da profissão de artesão PL 755/2010	A FAVOR
Projeto que depois de sancionado, tornou-se a Lei 13.180/2015, que estabelece diretrizes para as políticas públicas de fomento à profissão de artesão e autoriza o Poder Executivo a dar apoio profissional à categoria.	
Alteração no Estatuto do Desarmamento PL 3722/2012	CONTRA
Alteração no Estatuto do Desarmamento para facilitar o porte de armas para civis, além de dispositivos que estimulam os indivíduos a adquirirem armas de fogo.	

Permissão para lotéricos PL 2826/2015	A FAVOR
Valida as permissões de 6 mil lotéricos que tiveram seus funcionamentos liberados antes da exigência do processo licitatório para abertura de Casas Lotéricas no Brasil.	

Pagamento por especialização em universidades públicas PEC 394/2014	CONTRA
Proposta de emenda que abre brecha para a privatização das universidades públicas ao permitir que sejam cobradas mensalidades para cursos de extensão, pós-graduação latu-sensu e outros cursos.	

Mais recursos para saúde PEC 01/2015	A FAVOR
Estabelece os percentuais mínimos de investimentos em saúde, em relação ao PIB, com aumentos progressivos em 5 anos. Se aprovada garantirá o aporte de R\$ 270 bilhões em cinco anos.	

Congelamento de investimentos em saúde e educação por 20 anos PEC 241/2016	CONTRA
Proposta de alterar a Constituição para congelar investimentos da área social por 20 anos, ou seja, saúde, educação e assistência social não terão seus recursos ampliados por duas décadas.	

Determina percentual mínimo de cacau no chocolate PL 851/2011	A FAVOR
Projeto que determina os percentuais mínimos de cacau na composição do chocolate, considerando cada tipo, a fim de melhorar a qualidade, bem como garantir um produto mais saudável para o consumidor.	
Arrocho ao funcionalismo público PLP 257/2016	CONTRA
Permissão do refinanciamento de dívidas dos Estados com a União. Uma série de imposições é apresentada, como redução dos gastos sociais, não realização de concursos públicos, congelamento salarial para funcionários públicos, mudança nas aposentadorias, entre outras medidas que precarizarão o serviço público e aprofundarão problemas na saúde e na educação.	
Torna crime o enriquecimento ilícito PL 5586/2005	A FAVOR
Proposta encaminhada pelo ex-presidente Lula que propõe a tipificação penal do enriquecimento ilícito, mediante introdução de dispositivo no título XI, relativo aos crimes contra a Administração Pública, do Código Penal brasileiro. Atualmente, o enriquecimento ilícito é tipificado como mero ilícito civil, o que significa punições apenas no âmbito cível e administrativo.	
Mudança na exploração da telefonia fixa e móvel PL 3453/2015	CONTRA
Proposta altera de concessão para autorização de exploração da telefonia fixa, passando os bens reversíveis para a propriedade do autorizado. Além disso, altera o regime de telefonia celular, bem como da licitação de posições de satélite, criando regramentos complexos e controversos.	

Perda de bens por corrupção**PL 2902/2011****A FAVOR**

Constante da pauta anticorrupção enviada pela ex-presidenta Dilma, o projeto estabelece como medida cautelar a possibilidade de perda de bens oriundos de crime, como tráfico de drogas e corrupção.

Entrega do pré-sal para estrangeiros**PL 4567/2016****CONTRA**

Retira da Petrobras a exclusividade na exploração das áreas de pré-sal, além de desobrigar a estatal de ter participação mínima de 30% nas demais áreas de exploração e produção. Junto está a desobrigação de investimento dos lucros da exploração em saúde e educação.

Torna crime caixa 2 em campanhas**PL 855/2015****A FAVOR**

Torna crime a prática de caixa 2 em campanhas eleitorais, que seria fraude à fiscalização eleitoral com pena de 6 a 10 anos de reclusão. Estabelece, ainda, multa aos doadores que não fizerem repasses de recursos em conformidade com a lei.

Reforma do ensino médio proposta pelo governo Temer**MP 746/2016****CONTRA**

Reforma o ensino médio tornando matérias como História, Geografia, Educação Física, Artes, Sociologia e Filosofia em optativas. Aumenta a carga horária, torna o ensino em integral, prejudica a educação de jovens e adultos e acaba com o ensino noturno para menores de 18 anos. Esta medida desconsidera a importância de disciplinas que estimulam o pensamento crítico, bem como não dialoga com os profissionais da educação, impondo mudanças que o sistema educacional não consegue absorver.

Mudanças na Lei do Supersimples PLP 25/2007	A FAVOR
Modifica as faixas de enquadramento de micro e pequenas empresas para facilitar seu crescimento e gerar menos impacto financeiro ao passar de uma faixa de tributação para outra.	
Anistia aos que praticaram crime de caixa 2 em campanhas PL 1210/2007	CONTRA
Emenda apresentada ao projeto que trata de modificações na Lei Eleitoral, para permitir anistiar todos aqueles que tenham praticado crime de caixa 2 antes da entrada da lei em vigor.	



Atuação na CDEICS na Câmara dos Deputados
Foto: Luís Macedo – Câmara dos Deputados

Comissões

Nas Comissões e Subcomissões, o parlamentar tem participação atuante nas análises e relatorias de projetos de lei. Foi relator do PL 755/2010 que, depois de sancionada, tornou-se a Lei 13.180/2015, que regulamenta a profissão de artesão no Brasil, uma conquista para a categoria.

O deputado compõe as seguintes Comissões

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços – CDEICS (2015/2016)

É uma das comissões permanentes e que tem por função, conforme o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, discutir matérias: que tratem das relações econômicas internacionais; que impactem a ordem econômica nacional; da política e atividade industrial, comercial e agrícola; do sistema monetário; das políticas de comércio exterior; da atividade econômica do estado, bem como privatizações; sobre cooperativismo, economia solidária e outras

formas de associativismo; sobre as micro e pequenas empresas; de incentivos econômicos à produção; sobre direito comercial, societário e falimentar, bem como direito econômico; sobre propriedade industrial; sobre o registro comercial; sobre a política nacional de pesos e medidas e qualidade industrial e, ainda, sobre prestação de serviço. Em resumo é uma comissão meio, que não encerra as discussões das matérias, mas aprofunda a análise sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico do país, gerando subsídios para que as comissões - final ou plenário - tenham esse olhar desenvolvimentista para sua deliberação final.

Comissão de Finanças e Tributação – CFT (2015/2016)

É uma das comissões mais importantes da Câmara dos Deputados, e é responsável por fazer a análise prévia de adequação financeira e orçamentária das propostas de lei apresentadas na Casa, ou seja, analisa-se as proposições respeitando as normas sobre impacto financeiro e orçamentário no caso de aprovação das matérias. Além disso, é responsável por analisar os projetos referentes ao sistema financeiro nacional; mercado financeiro e de capitais; autorização para funcionamento das instituições financeiras; operações financeiras; crédito; bolsas de valores e de mercadorias; sistema de poupança; captação e garantia da poupança popular; sistema financeiro da habitação; sistema nacional de seguros privados e capitalização; títulos e valores mobiliários; regime jurídico do capital estrangeiro; remessa de lucros; dívida pública interna e externa; fixação da remuneração dos membros do Congresso Nacional, do presidente e do vice-presidente da República, dos ministros de Estado e dos membros da Magistratura Federal; sistema tributário nacional e repartição das receitas tributárias; normas gerais de direito tributário; legislação referente a cada tributo; tributação, arrecadação, fiscalização; para-fiscalidade; empréstimos compulsórios; contribuições sociais e administração fiscal.

Comissão de Educação – CE (2015/2016)

Juntamente com a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças e Tributação, a Comissão de Educação goza de grande prestígio no Legislativo Federal, sendo comum haver disputa por vagas internamente nas bancadas. Compete a ela discutir assuntos atinentes à educação em geral;

a política e sistema educacional; o direito da educação; e os recursos humanos e financeiros para a educação.

Comissão Externa de Fiscalização da Concessionária ECO101 – BR-101/ES – (2016)

Responsável pela fiscalização das obras de duplicação da BR-101 no trecho do Espírito Santo, e tem como finalidade acompanhar o processo da obra, bem como cobrar da empresa responsável - Eco 101 - o cumprimento das condicionantes previstas no contrato, a fim de atender o cronograma previsto e garantir o andamento das atividades com o mínimo de impacto aos moradores da região onde acontecerão as intervenções.

Comissão Especial que propõe mudanças na Lei de Licitações – (2015)

A Comissão realizou estudos para modernização da Lei de Licitações - 8.666/1993, a fim de contribuir com a desburocratização do serviço público. Para tanto, realizou seminários pelo Brasil, discutindo com servidores públicos e de órgãos de controle, pontos da legislação vigente que são considerados como burocráticos, bem como levantamento de sugestões de alterações que possam contribuir com a proposta da Comissão de modificar e melhorar a lei.

Comissão Especial do Supersimples – (2015)

A Comissão fez estudos de proposições que buscavam alterar a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, a Lei do Supersimples, propondo uma metodologia para apuração dos impostos devidos pelas micro e pequenas empresas por meio do Simples Nacional.

Comissão de Turismo – CTUR – (2015)

Em consequência do merecido destaque dado a estes setores, foi criada em 2003 a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados. Originada do desmembramento da antiga Comissão de Economia, Indústria,

Comércio e Turismo, e da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, a Comissão de Turismo e Desporto tem a missão de contribuir com um trabalho legislativo voltado para o progresso do turismo e do esporte nacional, colaborando com o desenvolvimento de políticas públicas em prol da melhoria das condições de vida da população brasileira, do aumento da geração de renda e emprego e da alavancagem do esporte, levando ao mundo a imagem de um Brasil próspero e desenvolvido.

Subcomissão da Micro e Pequena Empresa e para o Cooperativismo – (2015/2016)

Subcomissão criada no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, com vistas a especializar a discussão das matérias relativas a Política Nacional da Micro e Pequena Empresa e do Cooperativismo, com propostas de aprimoramento deste marco normativo.

Grupo Parlamentar Brasil – Itália – (2015/2016)

Os Grupos Parlamentares têm a finalidade de fortalecer as relações interparlamentares entre o Congresso Brasileiro e o parlamento de um país estrangeiro.

Frentes Parlamentares

O deputado Helder Salomão tem atuação destacada nas Frentes Parlamentares do Congresso Nacional, que são espaços de debate onde se definem propostas de ação e encaminhamentos concretos para solucionar problemas que afligem a população brasileira.

O deputado compõe as seguintes Frentes Parlamentares

Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa

Tem por objetivo manter contato com as mesas diretoras e com as lideranças partidárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, visando

o acompanhamento de todo o processo legislativo que se referir aos temas que tratem do segmento das micro e pequenas empresas e empreendedores individuais; ampliar o debate sobre a legislação e proposições que afetam o segmento das micro e pequenas empresas e empreendedores individuais; propor legislação que possa fortalecer e contribuir para o fortalecimento das micro e pequenas empresas e empreendedores individuais; realizar seminários, debates, caravanas estaduais e outros eventos, com vistas ao aprofundamento da discussão sobre o tema e a elaboração de propostas a serem apresentadas ao Congresso Nacional.

Frente Parlamentar Mista do Artesão e Apoio ao Artesanato Brasileiro

A Frente busca contribuir para a nova formatação das ações do Governo Federal para a valorização dos artesãos e do artesanato brasileiro; fortalecer a consolidação da regulamentação da profissão do artesão reconhecido pela CBO/TEM; criar políticas públicas para os trabalhadores artesãos e trabalhadoras artesãs; estudos acerca de uma previdência diferenciada para artesãos e artesãs; buscar a criação de um espaço público para comercialização no país e abertura do mercado internacional; fortalecimento de intercâmbio com artesãos e artesãs e entidades artesanais de outros países; fortalecer a entidade nacional dos artesãos; buscar programas de casas populares para artesãos; buscar ampliar o orçamento público para o setor, bem como de uma Secretaria Nacional do Artesanato.

Frente Parlamentar Mista do Cooperativismo

Contribuir para o aperfeiçoamento do marco regulatório do cooperativismo e induzir a implementação de políticas públicas favoráveis ao setor; promover a integração harmoniosa entre o Congresso Nacional e as lideranças cooperativistas, representadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e suas organizações estaduais, pelas entidades sindicais de primeiro, segundo e terceiro grau (sindicato, federação e confederação), pelas confederações, federações ou centrais de cooperativas e pelas cooperativas singulares; levantar a bandeira do cooperativismo em momentos-chave do processo legislativo, em pronunciamentos e deliberações nos plenários e nas comissões

da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; atuar de forma proativa na inclusão do cooperativismo na agenda de decisões do Congresso Nacional, aproveitando oportunidades para a apresentação e votação de projetos de lei e outros normativos, bem como na inclusão de emendas de interesse do cooperativismo em medidas provisórias; acompanhar os assuntos de interesse nos Poderes Executivo e Judiciário visando apoiar, politicamente, as posições das lideranças cooperativistas de todo o país; estimular e apoiar a formação de Frentes Parlamentares nos Legislativos dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, inspiradas nas ideias do Sistema Cooperativista Brasileiro.

Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Tem por finalidade promover os direitos de crianças e adolescentes em todo o território nacional; acompanhar na Câmara dos Deputados e Senado Federal tramitação legislativa de matérias que dizem respeito aos direitos das crianças e adolescentes; aprimorar e propor inovações na legislação voltada à criação, promoção, divulgação, acompanhamento, fomento e avaliação de políticas e ações relacionadas à infância e adolescência; trabalhar pela efetividade das políticas, programas e mecanismos existentes para garantia de direitos e desenvolver ou sugerir a adoção de outros mais apropriados.

Frente Parlamentar da Assistência Social

A Frente Parlamentar da Assistência Social tem por finalidade a afirmação da Política Pública de Assistência Social como instrumento que assegura as proteções estabelecidas na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, bem como fortalecer o Sistema Único da Assistência Social – Suas, como um sistema integrado e descentralizado de iniciativas e responsabilidades nas três esferas de governo. Visa dar apoio a todas as ações em favor dos trabalhadores das áreas socioassistenciais, conforme prevê a Norma Operacional Básico de Recursos Humanos – NOB/RH. Além de acompanhar e monitorar as matérias relativas a esta Política no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família. Funciona também como fórum de discussão para a elaboração e avaliação das propostas orçamentárias para a assistência social de forma a impedir redução dos investimentos assistenciais.

Frente Parlamentar Mista dos Consórcios Públicos

A Frente foi instituída para acompanhar os processos legislativos e outras atividades do Congresso Nacional que apresentem relação, direta ou indiretamente, com a questão dos Consórcios Públicos, bem como para atuar, conjuntamente com a sociedade civil, no apoio a políticas públicas, programas e ações governamentais e não governamentais com o objetivo de alcançar padrões sustentáveis de desenvolvimento.

Projetos de Lei

O mandato do deputado Helder Salomão tem uma produção legislativa acima da média para um parlamentar de primeiro mandato. Desde a sua posse em fevereiro de 2015, foram apresentados 15 projetos de lei em benefício da educação, assistência social, micro e pequena empresa, agricultura familiar, meio ambiente e direitos humanos.



PL 5.809/2016 – Altera o art. 81 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 - Lei de Falências, a fim de estabelecer tratamento diferenciado à micro e pequena empresa.

O que diferencia uma empresa da outra é a contabilidade, ou seja, mesmo que haja relação familiar entre proprietários, se os empreendimentos não têm relação contábil entrelaçadas, elas são empresas diferentes e independentes.

Este projeto visa estabelecer tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas de pequeno porte em caso de falência, impedindo que esta relação traga prejuízos a empreendimentos que não estejam envolvidos no processo de fechamento. Desta forma, propõe que somente em casos comprovados por perícias técnicas nas contabilidades das empresas é que o Judiciário poderá determinar que um empreendimento sofra a penalidade de assumir problemas de outras empresas mesmo que esta, supostamente, esteja envolvida por laços comerciais ou familiares.

Estender a falência a outra empresa sem provas cabais é imputar responsabilidade a quem não a tem.



PL 5.602/2016 – Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 - Política Nacional de Defesa Civil.

Determina que estados e municípios participantes do Sistema Nacional de Defesa Civil tenham, permanentemente, uma equipe da defesa civil, a fim de garantir que, diante de situações de calamidade, as cidades tenham como receber atendimento imediato, sem precisar aguardar profissionais de outros municípios ou estados.



PL 5.513/2016 – Altera os artigos 54, 55, 60, 73 e 75 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Lei de Crimes Ambientais.

Tendo como referência a tragédia ambiental ocorrida em Mariana, no estado de Minas Gerais, quando uma barragem de rejeitos da mineradora Samarco se rompeu, o projeto introduz a previsão de construção de barragens irregulares como crime ambiental e torna mais duras as penas para outros crimes ambientais, alterando os valores das multas para o mínimo de R\$ 1 mil e no máximo R\$ 10 bilhões.



PL 5.352/2016 – Altera os artigos 14 e 20 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e o art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, que instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos.

Inclui os pescadores artesanais no Programa de Aquisição de Alimentos a fim de que eles também sejam fornecedores preferenciais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma vez que esses pescadores já são equiparados aos produtores rurais.



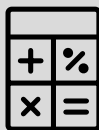
PL 4.405/2016 – Inclui parágrafos ao artigo 4º da Lei nº 11.110, de 24 de abril de 2005 que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

O projeto criminaliza, conforme art. 96 do Estatuto do Idoso, a negativa de microcrédito produtivo orientado a pessoas idosas por causa da idade, bem como o aumento das taxas de juros pelo mesmo motivo. Conforme previsto no Estatuto, negar empréstimo ao idoso com base na sua idade é crime passível de reclusão de seis meses a um ano, além de multa.



PL 4.160/2015 – Inclui no rol de crimes contra a ordem econômica a exploração de vantagem competitiva por meio de aquisição ou aproveitamento de bens, serviços ou insumos produzidos por trabalhador reduzido a condição análoga à de escravos.

O trabalho escravo, além de abusar do trabalhador, afeta a concorrência de mercado, tendo em vista que os custos dos produtos e serviços produzidos com a exploração do trabalho escravo são bem menores que aqueles produzidos por empresas idôneas, que cumprem a legislação trabalhista. Dessa forma, tal prática deve ser inserida no rol dos crimes contra a ordem econômica. O projeto visa criminalizar a conduta daquele que se beneficie da produção escrava, ainda que indiretamente.



PL 3.659/2015 – Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, referente à Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA).

Altera a cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental a fim de compatibilizá-la com a Lei Complementar nº. 123, Lei do Supersimples, para que a definição de micro e pequena empresa sejam as mesmas, logo as taxas sejam cobradas proporcionalmente a arrecadação. Na legislação atual do TCFA, as faixas de classificação geram prejuízos para os micro e pequenos empresários, pois não possuem classificação que os diferenciem.



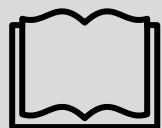
PL 3.615/2015 – Inclui dispositivos no artigo 5º da Lei nº. 5.662, de 21 de junho de 1971, que enquadra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES na categoria de empresa pública e dá outras providências para condicionar seus financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas à geração de emprego e renda para as trabalhadoras e trabalhadores rurais.

A matéria visa evitar que os recursos subsidiados do BNDES sejam utilizados de forma a gerar prejuízos para os trabalhadores rurais por meio de financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas que promovam a mecanização e a automação dos trabalhos no campo. O BNDES deve condicionar o financiamento à geração de emprego e renda para as trabalhadoras e os trabalhadores rurais que sejam prejudicados em razão da adoção destes equipamentos.



PL 3.547/2015 – Altera o artigo 26-A da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a história e a cultura cigana no currículo oficial da rede de ensino.

A inclusão no currículo oficial da rede de ensino da história e cultura cigana assim como já acontece com a africana e a indígena, é uma demanda da Comunidade Cigana que, desde 2005, se faz representada na Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. A reivindicação tem como objetivo superar, por meio do conhecimento, o preconceito que existe com relação a esse povo.



PL 3.471/2015 – Altera a Lei nº.9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), para determinar que a carga horária semanal mínima para as disciplinas do ensino médio passe a ser de dois tempos de aula.

Tendo em vista que a grade curricular privilegia disciplinas como português e matemática, relegando matérias como sociologia e filosofia a uma posição secundária na formação de alunos, propõem-se alteração na LDB para que nenhuma disciplina tenha menos que dois tempos semanais aula.



PL 3.470/2015 – Dispõe sobre a vedação de interrupção pelas prestadoras de serviço móvel pessoal, de acesso à rede mundial de computadores (internet), em caso de consumo total da franquia contratada.

O projeto visa vetar a prática adotada pelas empresas de telefonia móvel que passou a interromper o acesso à internet quando a franquia contratada é totalmente consumida. A proposta permite que a velocidade do acesso seja reduzida, mas não a sua interrupção, bem como disciplina a oferta de velocidade mínima.



PL 2.841/2015 – Altera dispositivos da Lei nº.7.347, de 24 de julho de 1985, e da Lei nº. 9.008, de 21 de março de 1995, para incluir a reparação de danos coletivos e difusos causados no âmbito das relações de trabalho entre as finalidades do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) e acrescentar integrantes ao Conselho Gestor deste Fundo.

O projeto propõe que a reparação de danos causados no âmbito das relações de trabalho seja expressamente abrangida entre as finalidades do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD). Além disso, propõe a adequação do Conselho Gestor do FDD, de maneira que sejam incluídos entre seus membros representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do Ministério Público do Trabalho (MPT), os quais deverão ser escolhidos de acordo com regulamento do Poder Executivo.

A inclusão dos representantes dos trabalhadores bem como dos empregados no CFDD, atende ao disposto no art. 10 da Constituição Federal, que assegura a participação de trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação. Por outro lado, é importante a inclusão de um membro do Ministério, o que, além de estar de acordo com o art. 13 da Lei nº. 7.347/1985, que exige a participação do MPT no Conselho Gestor do Fundo, harmoniza-se com a realidade atual, pois é notório que a maior parte das condenações à reparação de danos coletivos ou difusos causados no âmbito das relações de trabalho origina-se de ações ajuizadas pelo MPT, instituição especializada na proteção aos interesses individuais dos trabalhadores.



PL 2.840/2015 – Acrescenta parágrafo 1º-B ao artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.451, de 1º de maio de 1943, a inclusão de jovens em situação de trabalho infantil ou em risco de envolvimento com trabalho infantil ou que estejam cumprindo medidas socioeducativas no Programa Menor Aprendiz.

Inspirado no programa Me Encontrei, já testado e aprovado no Mato Grosso, o projeto busca alterar o art. 429 da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), de forma a obrigar que cinquenta por cento das vagas que empresas são obrigadas a destinar a menores aprendizes, sejam reservadas para jovens em situação de trabalho infantil ou em medida socioeducativa, encaminhados pelo Centro de Referência em Assistência Social (Cras) ou pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas).



PL 1.230/2015 – Modifica a Lei nº. 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o serviço de Radiodifusão Comunitária.

A lei de rádios comunitárias padece de alto grau burocrático, quase impeditivo para o crescimento e fortalecimento deste importante instrumento de divulgação cultural. Outro ponto que não pode ser negligenciado é o grau de influência política para garantia dos cumprimentos das exigências, não raro observa-se a necessidade de interferência política para que os processos caminhem. Então, são propostas alterações que desburocratizem a habilitação para entidades requererem concessão de rádios comunitárias.



PL 1.229/2015 – Dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 6º e acrescenta artigos 18-A, 18-B, 18-C, 18-D, e 18-E à Lei nº. 8.742, de 07 de setembro de 1993, para dispor sobre instâncias de negociação e consenso do Sistema Único de Assistência Social – Suas.

A proposta visa criar “Colegiados Intergovernamentais” para que funcionem integrados ao Sistema Único de Assistência Social (Suas), de modo a serem as instâncias de negociação e consenso, juntamente com os entes federativos, os respectivos conselhos de assistência social e as entidades e organizações socioassistenciais, abrangidas na lei nº. 8.742/1993.



Convento de Nossa Senhora da Penha
Foto: Joaquim Henrique Pinheiro

Mandato Presente no Espírito Santo

“Nos dias em que estou no Espírito Santo, cumpro agendas de reuniões externas e em nosso escritório político em Cariacica, viajo pelo interior capixaba, realizo visitas aos municípios, mas, sobretudo, faço questão de estar nas ruas, pois só assim é possível fazer um mandato com resultados concretos para a nossa população”.

Helder Salomão
Deputado Federal PT/ES

Núcleos do Mandato

O trabalho do deputado Helder Salomão foi planejado para estar presente em todas as regiões do território capixaba, de norte a sul do Espírito Santo. Com esse propósito, foram criados nos municípios – Cariacica, Grande Vitória e interior, Núcleos do Mandato para manter a aproximação do parlamentar e de sua equipe com a população. Esses espaços são importantes, pois possibilitam a prestação de contas das ações parlamentares, além de manter o mandato presente em todas as regiões do estado.

Além dos núcleos nos municípios, existem também os núcleos temáticos nas áreas da educação, assistência social e pequenos negócios, em que são debatidas as políticas setoriais prioritárias do mandato.

Para manter a presença, constantemente os assessores parlamentares visitam os municípios estreitando as relações com lideranças políticas, entidades e população em geral, assim como periodicamente o parlamentar realiza reuniões presenciais nas cidades prioritárias prestando contas e tomando ciência sobre demandas que podem ser priorizadas e encaminhadas pelo mandato.

Nesta linha de atuação, o trabalho do deputado Helder Salomão está presente em 47 municípios, alcançando o objetivo de trabalhar em favor de todas as regiões do Espírito Santo.



[1 - Reunião em Vitória], [2 - Reunião em Lúna], [3 - Reunião em Apiacá], [4 - Reunião em Ecoporanga], [5 - Reunião em Montanha], [6 - Reunião em Vila Velha], [7 - Reunião em Boa Esperança], [8 - Reunião em Vargem Alta]

Eventos no Espírito Santo

Nos anos de 2015 e 2016 o mandato realizou no Espírito Santo importantes eventos relacionados às principais bandeiras que o deputado Helder defende na Câmara Federal – Pequenos Negócios, Educação, Municipalismo e Assistência Social.

Foram seminários e fóruns que contaram com a participação de nomes de destaque em cada área, que debateram temas importantes com profissionais das categorias envolvidas e com a participação da população em geral, proporcionando trocas de experiências, participação, interação e gerando pautas para serem defendidas em âmbito nacional.

Seminário sobre o Supersimples

Realizado em Vitória/ES – 02/06/2015

Presença de 255 pessoas

Como vice-presidente da Comissão Especial do Supersimples na Câmara Federal, o deputado Helder Salomão convidou Guilherme Afif, que à época era ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, para debater com o público capixaba as mudanças propostas pela Lei Complementar 25/2007 referentes ao aperfeiçoamento do Regime Supersimples e a forma de tributação diferenciada para os pequenos empreendimentos.

Seminários sobre a Lei de Licitações

Realizado em Vitória/ES – 15/06/2015

Presença de 251 pessoas

Realizado em Marechal Floriano/ES – 24/08/2015

Presença de 77 pessoas

Durante o período em que atuou na Comissão Especial para mudanças na Lei de Licitações (8.666/1993) da Câmara Federal, o deputado Helder buscou com gestores públicos e representantes de órgãos de controle, sugestões sobre o que poderia ser mudado na legislação para contribuir com a desburocratização da administração pública. Foram dois seminários realizados em Vitória e em Marechal Floriano, este com apoio da Caixa Econômica Federal,

em que os participantes compartilharam suas experiências e deram valiosas sugestões sobre melhorias na Lei 8.666/1993.

Seminário em comemoração ao Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa

Realizado em Cariacica/ES – 05/10/2015

Presença de 277 pessoas

Para comemorar o Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa, o mandato realizou um seminário sobre os Avanços das Micro e Pequenas Empresas no Brasil. O evento contou com palestra do deputado Helder, sobre sua experiência como prefeito de Cariacica, período em que investiu em oportunidades para os pequenos negócios, e do gerente de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial do Sebrae Nacional, Bruno Quick, que explanou sobre os Avanços e Desafios dos Pequenos Negócios.

Encontro com lideranças de Cariacica para discutir destinação de emendas parlamentares

Realizado em Cariacica/ES – 10/10/2015

Presença de 110 pessoas

Para definir a destinação de R\$ 6,5 milhões de suas emendas parlamentares, o deputado Helder se reuniu com lideranças das 13 regiões de Cariacica para que, juntos, pudessem definir em quais áreas seriam investidos os recursos.

Seminário sobre o Plano Nacional de Educação

Realizado em Vitória/ES – 26/10/2015

Presença de 170 pessoas

Para envolver a sociedade capixaba no debate sobre a educação brasileira, realizou-se em Vitória, com apoio dos parlamentares capixabas que compunham a Comissão de Educação na Câmara Federal, um seminário sobre a implantação do Plano Nacional de Educação e seus desdobramentos nos estados e municípios, o Sistema Nacional, o financiamento e a qualidade da

educação no país.

Seminário sobre a Política Pública de Assistência Social

Realizado em Vitória/ES – 06/06/2016

Presença de 201 pessoas

Evento promovido pelo mandato em parceria com o Fórum Estadual de Trabalhadores da Assistência Social no Espírito Santo para discutir com os profissionais que atuam na área, os rumos da Política Pública de Assistência Social. A subsecretária de Assistência Social de Minas Gerais, Simone Albuquerque foi a palestrante e fez uma rica explanação sobre os ganhos dos serviços socioassistenciais por meio do Sistema Único de Assistência Social e os riscos de desconstrução com as propostas do novo governo.

Fóruns de debates: fiscalização da concessionária Eco101

Realizado em Guarapari/ES – 06/06/2016

Presença de 79 pessoas

Realizado em Cariacica/ES – 20/06/2016

Presença de 105 pessoas

Como membro da Comissão Externa de Fiscalização da Concessionária Eco101, o deputado Helder promoveu dois fóruns de debates, um em Guarapari e outro em Cariacica – para discutir com os moradores os impactos das obras de duplicação da BR-101.



[1 - Seminário da Micro e Pequena Empresa], [2 - Seminário Estadual sobre Lei de Licitações], [3 - Fórum de Debate sobre a Concessão da BR 101, Cariacica], [4 - Fórum de Debate sobre a Concessão da BR 101, Guarapari], [5 - Seminário A Implementação do Plano Nacional de Educação], [6 - Reunião sobre Emendas], [7 - Seminário sobre Lei de Licitações], [8 - Seminário sobre o Supersimples], [9 - Seminário de Assistência Social]

Mandato na rua

A forma como a atuação parlamentar se realiza no Estado é diferente da maneira como é feita no âmbito do Congresso Nacional. Nos dias em que está no Espírito Santo, além de cumprir agendas de trabalho, o parlamentar e sua equipe se esforçam para colocar em prática o que sempre diz o deputado Helder: **“política se faz em contato com as pessoas”**. Nessa linha, o mandato ganha as ruas para conversar com a população e manter o diálogo permanente com as lideranças da sociedade, pois assim é possível manter a coerência política e o compromisso com quem mais precisa.

Para manter o Mandato Presente no dia a dia das pessoas, são realizadas visitas, caminhadas pelos bairros, reuniões, distribuição dos informativos nas ruas, no comércio e nos municípios do interior. Este formato estabelece um canal de comunicação com a população, oportunizando ao deputado e à sua equipe conhecerem os anseios e as opiniões dos moradores, e fornecerem informações referentes ao mandato e sobre o que acontece na Câmara Federal.



Prestação de contas

Com os objetivos de aproximar o mandato das pessoas, garantir a transparência das ações e manter a credibilidade junto à população, o deputado Helder Salomão e sua equipe, divulgam diariamente as ações do mandato e, ao final de cada ano legislativo, realiza um grande evento de prestação de contas.

Em 2015, primeiro ano do mandato, o deputado prestou contas do trabalho que desenvolveu com sua equipe para cerca de 800 pessoas entre lideranças comunitárias e religiosas, autoridades, representantes de movimentos sociais, entidades de diversos segmentos e sociedade civil em geral.

Durante a manhã daquele 28 de novembro foi possível realizar um balanço do ano compartilhando com os presentes, informações sobre a destinação dos recursos de emendas parlamentares indicados para os municípios capixabas, sobre os projetos de lei apresentados, explicar os posicionamentos assumidos em plenário, bem como em outros espaços da Câmara Federal e demais assuntos referentes ao mandato parlamentar.

Mantendo a aproximação, ao término de cada ano parlamentar o mandato realizará um evento de prestação de contas, reforçando o diálogo e garantindo a interação com as pessoas.

“Fiquei muito satisfeito com o primeiro evento de prestação de contas que realizamos. Foi uma importante oportunidade para compartilharmos as ações do nosso mandato presente com um público grande e bem variado sobre como estamos trabalhando para contribuir com um Estado melhor. Realizaremos outras edições, sempre com transparência e muita interação”. Helder Salomão

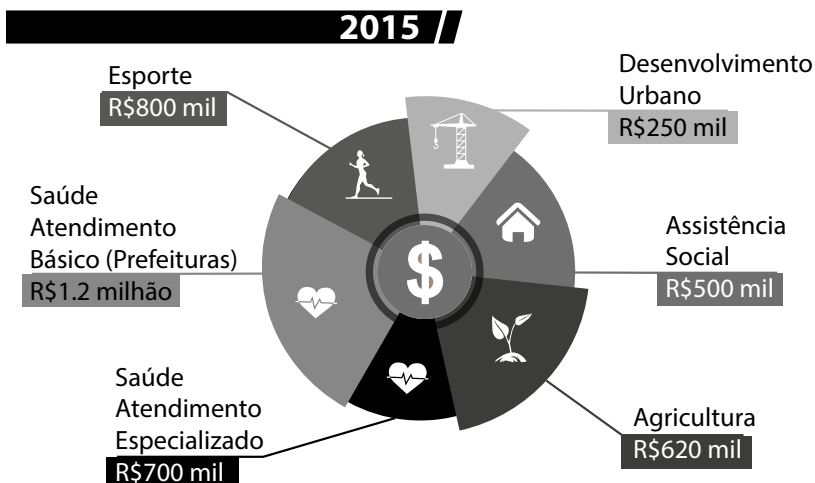


Emendas Parlamentares

Nos dois primeiros anos de mandato foram indicados R\$ 25 milhões em emendas parlamentares individuais para os municípios capixabas.

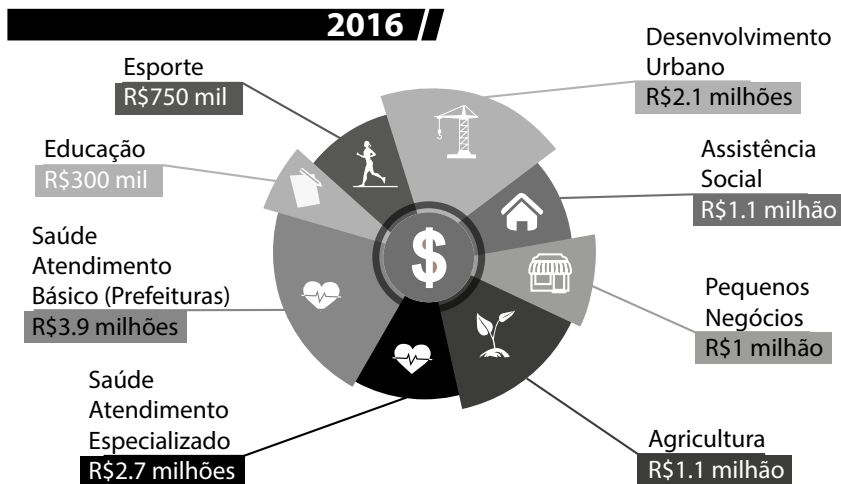
Áreas de investimento

Agricultura, Assistência Social, Desenvolvimento Urbano, Esporte, Pesca, Saúde, Turismo, Pequenos Negócios e Trabalho e Renda.



Municípios contemplados

Alfredo Chaves, Barra de São Francisco, Cachoeiro do Itapemirim, Cariacica, Colatina, Conceição do Castelo, Governador Lindenberg, Itarana, João Neiva, Marilândia, Mucurici, Muniz Freire, Pancas, Serra, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante, Viana, Vila Valério, Vila Velha e Vitória.



Municípios contemplados

Alegre, Alfredo Chaves, Apicá, Barra de São Francisco, Boa Esperança, Cachoeiro do Itapemirim, Cariacica, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Ecoporanga, Governador Lindenberg, Guaçuí, Guarapari, Ibiráçu, Itarana, João Neiva, Marechal Floriano, Marilândia, Montanha, Mucurici, Muniz Freire, Pancas, Pinheiros, Ponto Belo, Serra, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante, Viana, Vila Valério, Vila Velha e Vitória.

Investimentos em Cariacica

Em 2015 e 2016, o deputado indicou **para Cariacica o total de R\$ 22 milhões em recursos de emendas individuais e de bancada.**

Regiões beneficiadas

REGIÃO 1	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de equipamentos para Upa de Flexal II. Porém, devido a informações equivocadas prestadas pela Prefeitura Municipal de Cariacica, o recurso teve que ser remanejado para o CRE Metropolitano de Jardim América.
REGIÃO 2	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de equipamentos e material permanente para a Unidade de Saúde de Campo Verde
REGIÃO 3	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma e ampliação da Unidade de Saúde de Nova Brasília • Pavimentação das ruas: Aracajú no bairro Rio Branco e Anchieta em Nova Brasília
REGIÃO 4	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de equipamentos e material permanente para a Unidade de Saúde Bom Pastor • Pavimentação de vias públicas
REGIÃO 5	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de equipamentos e material permanente para a Unidade de Saúde de Alto Lage
REGIÃO 6	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de aparelho de Raio-X e material permanente para a Unidade de Saúde de Bela Aurora • Aquisição de equipamentos para o CRE Metropolitano de Jardim América
REGIÃO 7	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da Unidade de Saúde de Jardim Botânico e reforma da Unidade de Saúde de Bela Vista • Pavimentação de becos em Castelo Branco
REGIÃO 8	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma do Pronto Atendimento de Nova Rosa Penha I.
REGIÃO 9	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de equipamentos e material permanente para as Unidades de Saúde de Cariacica Sede e Santa Luzia
REGIÃO 10	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de equipamentos e reforma da Unidade de Saúde do bairro Operário
REGIÃO 11	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma e ampliação da Unidade de Saúde do bairro Itapemirim

REGIÃO 12	<ul style="list-style-type: none"> • Cercamento da Unidade de Saúde de Santa Bárbara • Construção e cercamento do vestiário do campo dos Baianos
REGIÃO 13	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de patrulha mecanizada (caminhão caçamba e equipamentos agrícolas) • Compra de equipamentos para as Unidades de Saúde que atendem as comunidades rurais

Outros investimentos 2015 e 2016

REGIÕES DE CARIACICA: R\$ 4,2 MILHÕES	EDUCAÇÃO: Ifes Cariacica – R\$ 100 mil
SAÚDE: Hospital Geral de Cariacica R\$ 13 milhões	ESPORTE: Idesbre – R\$ 100 mil
ASSISTÊNCIA SOCIAL: R\$ 700 mil (distribuídos entre cinco entidades sociais): • Adra • Semearte • Apae • Casa da Aliança • Obra Social Cristo Rei	PEQUENOS NEGÓCIOS: Idesc – R\$ 100 mil

Dos R\$ 22 milhões indicados, R\$ 3,8 milhões foram cortados no Orçamento da União

Comunicação do Mandato

Para fazer chegar ao cidadão brasileiro, principalmente ao povo capixaba, informações sobre o mandato do deputado Helder, definiram-se formas de comunicação que levem à população notícias sobre as ações desenvolvidas pelo parlamentar e sua equipe.



Informativo Impresso

Boletim produzido três vezes ao ano com informações sobre a atuação do parlamentar.

Informativo Online

Boletim quinzenal que informa sobre as principais ações do mandato no período de 15 dias.

Redes Sociais

São grandes aliadas no exercício de comunicar. Diariamente, de mane-

ra instantânea, as atividades desenvolvidas pelo parlamentar são postadas nos perfis - Facebook, Instagram e Twitter - levando informação de forma rápida e proporcionando interação entre o deputado e seus seguidores. O WhatsApp também tem um importante papel na tarefa de comunicar. Funciona como um canal ainda mais ágil, disseminador de notícias por meio de grupos e listas de transmissão.

Site

Espaço virtual onde é possível encontrar informações sobre o andamento do mandato. www.heldersalomao.com.br.

Palestras

A realização de palestras sobre temas relacionados às bandeiras do mandato, sobre políticas públicas e a respeito de temas nacionais e locais também fazem parte das atividades do deputado Helder.

Como palestrante, o parlamentar participou de eventos em estados brasileiros e em municípios capixabas, explanando para públicos variados sobre suas experiências, principalmente sobre desenvolvimento local e pequenos negócios. Em 2015 foi além: recebeu convite do Sebrae Nacional para ministrar palestra sobre desenvolvimento local durante o 3º Fórum Mundial de Desenvolvimento Econômico Local em Turim, na Itália, sobre o tema “Atores econômicos e agregação de valor na economia local”.

Palestras

Nova Venécia/ES – fevereiro de 2015	
Tema	Reforma Política
Evento	Escola de Formação Política do Projeto Interagir para Construir

Afonso Cláudio/ES – abril de 2015	
Tema	Pequenos Negócios
Evento	Semana do Empreendedorismo

Brasília/DF – abril de 2015	
Tema	Planejamento e Governança para o Desenvolvimento Local
Evento	III Encontro Nacional de Desenvolvimento Sustentável

Brasília/DF – abril de 2015	
Tema	Convergência Federativa em Prol do Desenvolvimento
Evento	Seminário de Alinhamento entre os Parceiros “Brasil Mais simples 2015”

Brasília/DF – abril de 2015

Tema	Compras Governamentais: como criar um ambiente propício para as micro e pequenas empresas
Evento	Seminário da Confederação Nacional da Indústria

Vila Velha/ES – maio de 2015

Tema	Reforma Política
Evento	Encontro com alunos promovido pela Faculdade Novo Milênio

Boa Esperança/ES – maio de 2015

Tema	Reforma Política
Evento	Escola de Formação Política do Projeto Interagir para Construir

Marechal Floriano – agosto de 2015

Tema	Mudanças na Lei de Licitações (8.666/90)
Evento	Encontro de Gestores Municipais

Turim/Itália – outubro de 2015

Tema	Papel das micro e pequenas empresas na distribuição de renda e geração de empregos
Evento	3º Fórum Mundial de Desenvolvimento Econômico Local (FDEL)

Curitiba/PR – novembro de 2015

Tema	Micro e Pequenas Empresas
Evento	13ª Convenção Nacional da Micro e Pequena Empresa

Montanha/ES – março de 2016

Tema	Políticas Públicas
Evento	Escola de Formação Política do Projeto Interagir para Construir

Rio Bananal/ES – maio 2016

Tema	Constituição Federal
Evento	Escola de Formação Política do Projeto Interagir para Construir

Camaçari/BA – maio de 2016

Tema	A força dos pequenos negócios
Evento	A força dos pequenos negócios

Brasília/DF – julho de 2016

Tema	Pequenos negócios e cooperativismo
Evento	Seminário Brasil-Itália

Barra de São Francisco/ES – julho de 2016

Tema	Política, Ética e Cidadania
Evento	Escola de Formação Política do Projeto Interagir para Construir

Guarapari/ES – julho de 2016

Tema	A importância dos pequenos negócios para o desenvolvimento local
Evento	Seminário sobre as micro e pequenas empresas



Foto: Luis Macedo / Câmara dos Deputados

Discursos proferidos em plenário

Durante os dias em que atua em Brasília, o deputado Helder frequentemente faz uso da tribuna para se manifestar a respeito de assuntos que estão em pauta na imprensa nacional, nas mídias capixabas, internamente na Câmara ou em votação no plenário. Neste documento constam alguns discursos proferidos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

Discurso proferido em plenário, no dia 07 de abril de 2016,
sobre a suspeição do presidente da Casa

Suspeição do processo contra Eduardo Cunha

Senhor presidente,

Gostaria que o Conselho de Ética aplicasse a mesma celeridade com que analisam o processo contra a presidenta Dilma, ao processo contra o ainda presidente desta Casa, o deputado Eduardo Cunha.

Um dia após o recebimento da defesa da presidenta Dilma Rousseff, o relator do golpe - sim, golpe, pois impeachment é constitucional, mas punir com impeachment sem crime de responsabilidade é golpe - o parecer já está pronto para ser votado. Enquanto isso, as denúncias contra o deputado Eduardo Cunha vão se avolumando, os processos na Justiça correndo e, mesmo assim, o presidente da Câmara dos Deputados, sobre quem pesa grave suspeição, continua detendo o poder de decidir os rumos da Casa do Povo e seu processo por quebra de decoro parlamentar vai caminhando, ou melhor, vegetando no Conselho de Ética.

Só para rememorar ao plenário desta Casa: o jornal O Globo revelou que ao todo Cunha teria 13 contas no exterior. Em quatro delas o Procurador-Geral da República encontrou indícios de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, o que o levou a denunciá-lo ao Supremo Tribunal Federal. Sim, enquanto a Comissão corre com o impeachment de uma presidenta sem nenhum tipo de investigação o outro, já denunciado, continua presidindo a Câmara dos Deputados e ditando regras.

As outras nove contas apareceram na delação dos donos da empresa Carioca Engenharia, também investigados na operação Lava-Jato. Eles fizeram uma lista de contas e disseram que têm certeza de que cinco foram indicadas por Cunha para receber propina. Há delações que apontam para a exigência de propinas com re-

lação aos navios-sonda da PETROBRAS, algo em torno de 5 milhões de dólares. O lobista João Augusto Rezende Henriques contou que repassou dinheiro para conta do deputado no exterior, o mesmo banco apontado como o que mantinha as contas que receberam dinheiro desviado da PETROBRAS.

Além disso, a família Cunha é apontada como beneficiária de uma das contas mantidas por ele na Suíça. Procuradores da força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba afirmam que Cláudia Cruz e Danielle Dytz da Cunha Doctorovich, respectivamente esposa e filha do presidente da Câmara, gastaram cerca de 86 mil dólares em compras de luxo, pagas com dinheiro de propina. Mais de 200 mil reais.

Segundo a PGR, o ainda deputado Eduardo Cunha, do PMDB do Rio de Janeiro, conseguiu uma façanha: seu sucesso em investimentos no mercado é mais difícil do que ganhar na loteria. Entre abril de 2004 e fevereiro de 2005, Cunha teria lucrado 917 mil reais após acertar 100% em operações no mercado de dólares e 98% em apostas em outro papel. De acordo com a denúncia da PGR, a probabilidade de se obter uma taxa de sucesso de 98% ocorre uma vez a cada 257 septilhões, número tão gigante que para vocês visualizarem seria o seguinte: o número 257 seguido de 24 zeros. Uma calculadora dessas comuns não consegue representar este número, ela dá erro. Em comparação, a Mega-Sena confere à aposta mínima uma chance em 50 milhões. Quer dizer, Cunha é o homem mais sortudo do mundo!

Para deixar ainda mais clara a inconsistência entre ganhos e gastos da família Cunha, a rotina de sua família demonstra que hotéis 7 estrelas e restaurantes mais caros do mundo fazem parte do cotidiano. Em 2 anos foram gastos, segundo denúncias, cerca 880 mil dólares em viagens internacionais. Quer dizer, em 2 anos ele gastou, apenas em viagens, o equivalente à metade do valor de seu patrimônio declarado à Justiça Eleitoral (valor total dos bens declarados: R\$ 1.649.226,10).

Será que é preciso ser mais claro? O que será preciso para que o Conselho de Ética tome uma posição concreta em relação ao deputado Eduardo Cunha, que, mesmo sob grave suspeição, vem utilizando suas prerrogativas como presidente desta Casa para retardar a tramitação de seu processo?

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

Discurso proferido em plenário, no dia 16 de abril de 2016,
sobre o processo de Impeachment.

Em defesa da democracia

Senhor presidente,

Este momento entrará para história do nosso país e para a história da humanidade. Os brasileiros de bem e a comunidade internacional acompanham estarrecidos a tentativa de um grupo político - envolvido em corrupção - de tentar abreviar o mandato de uma presidente que não responde a um processo sequer.

O processo de impeachment está, sim, previsto na Constituição, Contudo, Impeachment sem a caracterização de crime de responsabilidade é ilegítimo e não tem outro nome: é GOLPE PARLAMENTAR CONTRA O POVO.

Meu voto não é apenas para defender um partido ou um governo, meu voto é contra uma ação nascida na ilegalidade. Este processo, todos sabemos, foi acolhido pelo presidente desta casa, que está enlameado na corrupção. E fez isso por pura revanche e retaliação ao nosso partido que votou pela admissibilidade do processo contra ele no conselho de ética.

Sobre o vice Temer, apenas a constatação de alguém que traiu a nação, que seapequenou e que entrará para a história como golpista.

Eu voto em honra dos 54 milhões de votos recebidos nas últimas eleições, até hoje não reconhecidos pelos perdedores. O que tenho visto nesta casa desde que aqui cheguei, é o trabalho sistemático da oposição contra o Brasil e contra o governo.

O que está por trás desta tentativa de golpe? Um acordo político contra as conquistas sociais alcançadas nos últimos anos e contra os direitos dos traba-

lhadores brasileiros. É contra isso que estamos lutando todos os dias!

Voto com os milhões de jovens que tiveram acesso aos ensinamentos técnico e superior. Voto com as milhões de mães e famílias que realizaram o sonho de ter a casa própria. Voto com os negros e negras que tiveram a oportunidade de chegar ao ensino superior. Voto com os milhões de brasileiros que saíram da miséria. Voto com os milhões de nordestinos que passaram a ter dignidade e respeito. Voto com as empregadas domésticas que agora são reconhecidas. Voto, enfim, em nome dos meus filhos, Sofia e Pedro – representando todas as crianças brasileiras - para que eles vivam num país onde democracia e liberdade sejam valores sagrados.

Senhoras e senhores! Povo Brasileiro! Meu voto é em defesa da Constituição, é pela Democracia, pela legalidade, pela defesa do Estado Democrático de Direito.

Por isso, amanhã, mais uma vez, levantarei a minha voz para dizer: NÃO VAI TER GOLPE!

Viva o povo brasileiro!

Viva a democracia!

Muito obrigado!



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

Discurso proferido em plenário, no dia 8 de agosto de 2016,
sobre o PL 257/2016

Renegociar dívidas sim, sucatear as políticas públicas, não!

Senhor presidente,

Esta Casa está a discutir um projeto que, sob a intenção de renegociar as dívidas dos Estados, acaba por prejudicar o funcionalismo público. Não é possível combater a crise colocando a responsabilidade de equilíbrio uma vez mais na conta dos trabalhadores. Não é por aí que vamos superar a crise econômica que atravessamos.

O PLP 257 foi um erro cometido pelo Governo eleito da presidenta Dilma. Foi apropriado pelo Governo provisório e ilegítimo de Michel Temer e caminha a passos largos para a aprovação.

Acompanho a posição de praticamente todas as centrais sindicais que repudiam este projeto de lei complementar que, sob a alegação de reestruturação fiscal “duradoura e sustentável” e de atender aos anseios dos Estados, propõe na realidade o arrocho salarial de servidores públicos e acena fortemente para o mercado com a possibilidade de privatização de empresas estatais, explicitada pela possibilidade de a União aceitar ativos dos Estados, possibilitando a alienação futura.

Só para citar alguns dos ataques ao funcionalismo público, temos: a suspensão dos concursos públicos, o congelamento de salários, o não pagamento de progressões e gratificações, a desestruturação da Previdência Social e revisão dos regimes jurídicos dos servidores públicos. Tais medidas, antes de garantir o equilíbrio das contas, impactarão negativamente a qualidade do serviço público, prejudicando a população usuária. Além disso, criam uma brecha para a

descontinuidade da política de valorização do salário mínimo, que nos últimos 13 anos teve um ganho real de 72% e que impede a sua corrosão pela inflação, seja ela qual for. Este impacto é direto sobre os mais pobres, aqueles que mais sofrem com a crise que, além disso, são os que pagarão para contribuir nos remédios amargos e tóxicos contra a mesma.

Um dos pontos que não podemos aceitar em nenhuma hipótese é a questão das contrapartidas impostas a Estados e Distrito Federal para que possam alongar suas dívidas com a União: a proibição de novas contratações, a não ser que seja terceirização, e de reajuste salarial durante 24 meses; a inclusão de terceirizados no gasto com pessoal; a possibilidade de PDV para reduzir o número de servidores, entre outras medidas.

Todas essas medidas apontam para um único resultado: a precarização do trabalho, estimulado pelo próprio Estado, e a piora na qualidade dos serviços públicos. Teremos inviabilizado o PNE, bem como piora considerável na qualidade da saúde pública em nosso País.

Temos consciência de que o PLP 257/16, da forma que está - e não consigo enxergar saídas para salvar o projeto -, não é solução para acabar com a dívida pública dos Estados e Municípios; muito pelo contrário, apenas protela e agrava o problema, com o alongamento do perfil da dívida, além de recaírem os ônus dos ajustes apenas sobre os servidores públicos.

Precisamos dar uma solução real para as dívidas dos Estados, e não criar mais problemas e sobrecarregar trabalhadores. É preciso, na realidade, que se promova uma auditoria das dívidas públicas. Ora, a dívida vem sendo paga, e mesmo assim não para de crescer. A dívida dos Estados com a União era de R\$ 93 bilhões em 1999, mas, em 2014, mesmo depois de esses entes pagarem R\$ 246 bilhões à União, o total da dívida chegou a R\$ 422 bilhões.

Muito obrigado!



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

Discurso proferido em plenário, no dia 20 de setembro de 2016,
sobre as mudanças no ensino médio

Riscos de retrocesso no ensino médio

Senhor presidente,

Após a consolidação do golpe político, desenha-se, no Brasil, o golpe social. Todos os dias a sociedade é surpreendida por novas tentativas do governo ilegítimo para reduzir os direitos sociais da população, e acabar com conquistas dos trabalhadores brasileiros que levaram décadas para serem consolidadas.

Baseado no Projeto de Lei - PL 6.840/13, o governo golpista anuncia que vai instituir profundas reformas no ensino médio, por meio de medida provisória, que implicam em acabar com as aulas de sociologia e filosofia para o ensino médio. Querem, assim, tirar dos estudantes a oportunidade de desenvolverem senso crítico. Então, numa reforma de gabinete, este governo vem construindo textos sem dialogar com os professores, deixando-os totalmente ausentes de uma mudança tão significativa para a educação brasileira. Nem mesmo os dirigentes das instituições educacionais da rede federal de escolas públicas e das Secretarias Estaduais de Educação estão sendo chamados a opinar. Somado a isso vivemos o risco iminente da instalação do absurdo criado pela direita: a inacreditável Escola sem Partido.

Com relação a reforma, as propostas, tais como se delineiam, representarão retrocesso de 40 anos na educação e recolocará em vigor um modelo semelhante ao que existiu na Ditadura da Era Vargas, que foi implementado pela chamada Reforma Capanema e se organizava a partir de uma divisão econômico-social do trabalho. Quer dizer, a educação menos voltada para a formação de cidadãos e mais para a formação de operários.

Devo concordar, é claro, que a educação brasileira vem se desenvolvendo a

passos muito lentos, por conta do atraso a que fomos submetidos por tantas décadas. Contudo, não será com uma reforma autoritária e arcaica que conseguiremos avançar. As bases nas quais se assentam as propostas desta anunciada MP não consideram esses avanços, não parte das experiências adquiridas, não preserva conquistas, preferindo adotar uma visão negativa e desqualificadora dessa etapa do ensino como se fosse necessário começar tudo do zero.

Por certo, o ensino médio é a etapa mais problemática da escolarização, a que tem mostrado as maiores dificuldades de cumprir com as metas e de garantir uma educação de qualidade, tal como preconiza a nossa Constituição. Inúmeras são as explicações, que vão desde a deficiência na infraestrutura, falta de recursos, capacitação deficiente dos docentes, propostas pedagógicas ineficientes até a própria formação social de alunos. Podemos utilizar e considerar algumas destas justificativas pertinentes ou não, mas poucas vezes as análises acerca do ensino médio consideram a história de desigualdades sociais do Brasil e o projeto de sociedade excludente na qual se formou o país.

Um dos pontos mais preocupantes desta reforma que estamos na iminência de ver concretizada é o que torna obrigatória a jornada integral. Ao instituir a jornada compulsória praticamente inviabiliza que adolescentes continuem seus estudos, pois todos sabemos que muitos meninos e meninas com idades entre 15 e 17 anos estudam e trabalham para sustentar suas famílias. Com a jornada compulsória todos sabemos que o estudo ficará em segundo plano. São mais de 2 milhões de adolescentes nesta situação. Aliado a redução do bolsa família, esta mudança terá como resultado a criação em massa de mão-de-obra sem qualificação e instrução, resultando em menores salários. Voltaremos aos patamares da década de 80.

Esta decisão busca estender o tempo que os estudantes passam na escola sem considerar pré-requisitos fundamentais, como infraestrutura adequada; professores com jornada completa, com salários e carreira compatíveis; novas metodologias e um currículo que integre o ensino de forma integral, unindo ciência, tecnologia, cultura e trabalho, sem colocar o enfoque totalmente no mercado de trabalho. Entendemos que a proposta de obrigatoriedade, pura e simples, sem diálogos, demonstra desconhecimento sobre quem são os brasileiros que estudam no ensino médio, bem como da situação da rede de ensino em nosso país. Em suma, o governo ilegítimo desconhece a situação da edu-

cação brasileira.

O resultado desta obrigatoriedade do tempo integral apenas submeterá os alunos a uma cesta de atividades e conteúdos dispersos, sem conexão e sem estimular a crítica.

A jornada integral tem grande importância sim, mas não pode ser obrigatória e, tampouco, imposta sem uma discussão profunda. Este é um tema muito caro e sensível para aqueles que militam na área da educação, para ser decidido de forma arbitrária.

Além disso, ao se proibir o ensino noturno a menores de 18 anos, mais uma vez fica evidenciado o desconhecimento de características de nossa própria população, na qual 78% da população economicamente ativa começa a trabalhar antes dos 18 anos de idade. Segundo o IBGE, 31,5% dos jovens de 15 a 17 anos trabalham e estudam, estudam e procuram emprego ou só trabalham. Isso significa que acabar com o ensino noturno para essa faixa de idade é, de fato, excluí-la do sistema de ensino. É negar o direito à educação básica já conquistado. Destinar o ensino médio noturno apenas à faixa etária dos 18 anos em diante significa duplicar uma política já existente, que é a Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou em outros termos, a superposição de modalidades que cumprem a mesma atribuição. Este é um claro cerceamento de direitos.

A proposta trabalhada prevê, ainda, uma flexibilização do Ensino Médio, o que considero ainda mais nocivo. Uma vez que as disciplinas serão organizadas por áreas de conhecimento, com todos os alunos frequentando um ano e meio de aulas comuns e, após esse período, poderão optar por áreas específicas de estudo ou iniciar um percurso de ensino técnico profissionalizante. Quer dizer, abandona-se a ideia de formação integral do indivíduo para a formação meramente profissionalizante.

O ensino médio faz parte da educação básica, entendida como educação “de base”, e que, portanto, deve ser comum e de direito a todos e todas. Ao se instituir um currículo “mais flexível”, vemos a educação sendo mutilada e o conhecimento sendo sonogado aos alunos do Ensino Médio Público. Retoma o modelo curricular dos tempos da ditadura militar, de viés eficientista e mercadológico. A organização com ênfases de escolha para uma ou outra área contraria tanto a Constituição Federal quanto a LDB que asseguram o desen-

volvimento pleno do indivíduo e a formação comum como direito.

Nesta esteira, propõe-se tornar optativas a filosofia e a sociologia no ensino médio. Voltaremos, assim, aos anos de chumbo, quando o pensamento crítico foi proibido. Durante a ditadura militar essas disciplinas foram retiradas do currículo e só retornaram com a redemocratização na década de 80. Essa proposta absurda vem comprovar o flerte desse governo golpista com o autoritarismo. Ao propor esta flexibilização, na prática, essas disciplinas serão relegadas a um papel secundário na formação escolar. A pretexto de enxugar o currículo o governo golpista quer retirar do contexto das escolas públicas essas disciplinas que são fundamentais para a formação integral dos estudantes, pois possibilitam a visão mais ampla da sociedade ao estimular o pensamento crítico, o questionamento e o exercício da cidadania.

A proposta de organização curricular com base em temas transversais às disciplinas retoma um formato já utilizado e comprovadamente ineficiente. A inclusão da proposta de que o estudante possa fazer a opção por uma formação profissional contraria a LDB e desconsidera a modalidade de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, mais próxima da concepção proposta nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e já em prática nas redes estaduais e federal.

Compartilho da preocupação de estudiosos de políticas educacionais de que a reforma afetará apenas a escola pública, com estes alunos sendo privados de um Ensino Médio completo, com todas as disciplinas e em seu caráter de unidade. A flexibilização busca baratear o ensino público, comprometendo a educação das classes mais empobrecidas do país.

Além disso, justificar estas mudanças por conta do resultado do IDEB, demonstram total desconhecimento do ensino em nosso país. O resultado baixo no IDEB era esperado pelas condições das escolas e do próprio ensino público em nosso país. É preciso lembrar que o IDEB sofre diversas críticas e, focar apenas no aluno e não no contexto no qual ele está inserido e as outras variáveis que afetam a assimilação de conteúdo é um erro perigoso para o futuro da educação em nosso país. IDEB é um parâmetro e deve ser utilizado como tal para as melhorias no ensino e não deve ser tomado de forma absoluta.

Por fim, é preciso enfatizar que está em curso o desmonte ocorrido no ensi-

no público em nosso país. Em 4 meses de governo ilegítimo, o novo MEC já suspendeu programas de alfabetização, sugeriu cortes de 45% nos repasses às universidades federais e revogou a realização do novo sistema de avaliação da educação básica aprovado após esforços e contribuições de entidades do setor. Além do Programa Brasil Alfabetizado, voltado para a alfabetização de jovens e adultos. No Brasil, 8,3% da população não sabe ler ou escrever. De acordo com o MEC, existem 168 mil alunos no atual ciclo.

Além de desatrelar creches do sistema de ensino e colocá-las sob a ótica da assistência social. Transferência para o Ministério do Desenvolvimento Social, com o fito de passar sua gestão para a iniciativa privada. Tudo isso em um movimento que buscará congelar por 20 anos os investimentos na área de Educação com a aprovação da PEC 241/16.

A educação pública brasileira está em risco. Não bastasse o projeto absurdo da Escola Sem Partido, estamos caminhando para o Estado sem educação. Precisamos reagir!

Muito obrigado!



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

Discurso proferido em plenário, no dia 10 de outubro de 2016,
sobre a PEC 241/2016.

O desmonte constitucional do Estado Brasileiro

Senhor presidente,

A Câmara dos Deputados discute, com extrema velocidade, a proposta de emenda constitucional que representa mais um ataque ao povo brasileiro, proporcionado pelo Governo ilegítimo de Michel Temer, na sua sanha por desmontar todos os mecanismos de proteção social existentes no Brasil, com o pretexto de estabelecer limites de gastos e com isso economizar para garantir o superávit fiscal.

Esta ameaça responde pelo nome de PEC 241/16, que pretende limitar os gastos primários do Governo nos próximos 20 anos à variação da inflação. Isso quer dizer que durante as duas próximas décadas áreas como saúde, educação, assistência social e outras consideradas essenciais permanecerão com investimentos congelados.

Para este Governo ilegítimo, que tomou o poder de assalto por meio de um golpe e sem votos populares, o bem-estar da população e as necessidades daqueles que dependem exclusivamente do poder público para garantir melhor qualidade de vida são menos importantes que o pagamento dos juros e serviços da dívida, que será prioritário caso esta proposta absurda - conhecida como o PEC da maldade, da desigualdade e da morte - seja aprovada pelo Congresso Nacional.

Para este governo ilegítimo, que tomou o poder de assalto por meio de um golpe e sem votos populares, o bem-estar da população e as necessidades daqueles que dependem exclusivamente do poder público para garantir melhor qualidade de vida são menos importantes que o pagamento dos juros e serviços da dívida, que será prioritário caso esta proposta absurda – conhecida

como o PEC da maldade, da desigualdade e da morte – seja aprovada pelo Congresso Nacional.

O que o Governo quer na realidade é priorizar o pagamento de credores de uma dívida não auditada em detrimento das melhorias de direitos básicos como a saúde e a educação.

Hoje os gastos primários estão vinculados à arrecadação. Isso significa que quanto maiores forem as receitas, maiores serão os valores a serem investidos. Pela regra proposta na PEC, independente do aumento da arrecadação, estes investimentos serão corrigidos pelo que foi pago no ano anterior, corrigidos pela inflação. As perdas e prejuízos serão inevitáveis.

Os defensores desta famigerada PEC defendem que o Congresso terá maior autonomia para modificar as regras, podendo apresentar valores maiores a serem aplicados nessas áreas. Ocorre que, para isso, Deputados e Senadores deverão demonstrar obrigatoriamente onde serão cortados os gastos, ou seja, quais áreas terão perdas.

Na prática já sabemos qual será o final desta história: maioria de Parlamentares sem compromisso com a inclusão social e a cidadania, suscetíveis a pressões do mercado, atuarão para garantir recursos públicos para pagamento dos serviços da dívida pública.

O que se pretende, de fato, é congelar os investimentos na área social, o que trará consequências danosas aos usuários da rede de proteção social, ou seja, aqueles que vivem em risco social, invisíveis aos olhos do poder público, vulneráveis a tudo que provoca falta de oportunidades e acesso a direitos.

Sob a justificativa de reduzir o papel do Estado, na contramão do que apontam as democracias contemporâneas, este Governo coloca, mais uma vez, nas costas da parcela mais sofrida da população brasileira a responsabilidade de garantir o pagamento dos juros da dívida.

Atualmente a Constituição Federal determina que a educação deve receber 18% da arrecadação tributária da União; e a saúde, 13,2%, o que nos próximos 4 anos chegará a 15%. Se aprovada a PEC 241, derruba-se a obrigatoriedade desses percentuais mínimos, ou seja, rasga-se a Carta Magna, conforme posicionamento da Procuradoria-Geral da República - PGR, que apontou a incons-

titucionalidade da proposta.

Fizemos um levantamento e constatamos que se esta PEC tivesse vigorado entre os anos de 2005 e 2015, período em que as políticas sociais receberam os mais vultuosos recursos da nossa história recente, somente a saúde teria perdido 225 bilhões, segundo estudo realizado pela assessoria do nosso partido, com base nos dados do SIGA Brasil. Na educação, se tomarmos como base o mesmo período, os cálculos revelam que as perdas seriam superiores a 428,7 bilhões.

Em caso de aprovação desta proposta, direitos fundamentais consagrados na Constituição Federal ficarão relegados a segundo plano, e o que deveria ser entendido como investimento estratégico para o País será tratado como se fosse um gasto de menor importância nos Orçamentos da União, Estados e Municípios.

Congelar a expansão e a melhoria dos serviços públicos poderá até ajudar reduzir a dívida pública, mas ampliará sobremaneira a dívida social, excluirá ainda mais os pobres e levará a níveis inaceitáveis o caos na saúde, na educação, na assistência social, na segurança pública e na agricultura familiar. Defendemos que o ajuste seja feito com a tributação das grandes fortunas e heranças, com o combate à sonegação e com o corte de gastos em áreas da administração que não implicam perdas de direitos. É inaceitável que este Governo queira impor limites para os gastos sociais e deixar livre o teto para pagamento de encargos da dívida pública com única finalidade de atender aos interesses do mercado financeiro.

Vamos resistir e convocar a sociedade brasileira para lutar contra mais esta investida do Governo golpista de Michel Temer, que ameaça os direitos e conquistas da população e dos trabalhadores brasileiros.

Em defesa do povo brasileiro, não à PEC 241/16!

Muito obrigado.

Artigos publicados

Além de usar a tribuna em plenário para se manifestar, contra ou a favor, de temas, o deputado Helder escreve artigos em que registra sua opinião sobre temas que estão na pauta da sociedade. Dos que escreveu em 2015 e 2016, quatro foram publicados pela imprensa nacional e capixaba.

Artigo publicado nos jornais O Globo e A Gazeta -18/12/15 e 22/12/15

Histórias que se repetem

Helder Salomão*

Nestes dias, me veio à mente uma história ocorrida entre os anos de 1993 e 1996, quando eu era vereador na cidade de Cariacica, no Espírito Santo. Um grupo de parlamentares procurou a bancada do PT, à época formada por mim e dois outros companheiros, para propor o afastamento do então prefeito Aloísio Santos (PSDB), falecido em 2007.

Naquele momento, a base aliada na Câmara Municipal havia rachado e sem o apoio da oposição não tinha maioria na Casa. Por esta razão um grupo de vereadores, descontentes com o prefeito, veio pedir o nosso apoio para o seu “impeachment”. Os nobres edis nos apresentaram um documento onde só faltavam três assinaturas para ser protocolado. Ou seja, a nossa adesão era o que eles precisavam para abrir o processo.

Dissemos que só assinaríamos o pedido caso nos mostrassem os atos de corrupção para justificar tal ação. E indagamos: Quais foram os atos ilícitos praticados pelo prefeito? Eles apresentaram motivos pífios e respostas evasivas (parecidos com os argumentos da oposição, hoje, contra a presidenta Dilma, na Câmara Federal). Concluímos, então, que se tratava de uma armação, de uma tentativa de golpe para atender aos interesses de um grupo em detrimento da população cariaciquense, que já havia assistido aquela cena algumas vezes ao longo da história política da cidade.

Diante da nossa negativa o grupo ainda insistiu várias vezes: - Só faltam três

assinaturas para pedirmos o afastamento do prefeito. Vocês são da oposição. Vocês não vão assinar?

Reafirmamos o não porque não apresentaram nenhuma justificativa que fundamentasse o pedido de afastamento. Não cedemos à sanha golpista daquele grupo. Nossa bancada se manteve na oposição ao prefeito até o final do mandato, mas sempre em defesa dos interesses da população.

Eu não imaginava que, duas décadas depois, fôssemos vivenciar uma história parecida com a presidenta do nosso país, eleita democraticamente pelo povo brasileiro, e que não responde a nenhum processo por corrupção e nem é investigada por qualquer ato ilícito. Hoje a oposição, liderada pelo senhor Eduardo Cunha, age como no passado: aposta no cenário do “quanto pior melhor”, lidera processo de impeachment sem provas e mais do que fazer oposição ao governo, trabalha contra a democracia a favor do golpe e faz oposição ao Brasil.

Mas há uma diferença fundamental entre esses dois momentos: em Cariacica, na década de 1990, houve responsabilidade da oposição, que agiu de maneira republicana. Infelizmente não podemos dizer o mesmo daqueles que fazem oposição ao nosso país na atualidade.

Essas narrativas não são casos isolados. Infelizmente temos muitos exemplos como esses no território brasileiro. Casos assim evidenciam as distorções do sistema eleitoral e a baixa qualidade da representação política no nosso país. Em uma democracia, é legítimo e necessário que haja o contraditório, mas é preciso que os partidos e as lideranças políticas sejam capazes de estabelecer consensos em torno dos projetos estratégicos para as cidades, os estados e a nação.

Quando os interesses de grupos políticos estão acima das necessidades da população e a luta pelo poder atropela os princípios éticos e democráticos, é sinal de que precisamos rever atitudes. Não podemos concordar com ideias e práticas que ameaçam e fragilizam a democracia brasileira. É a eleição que legitima a conquista do poder, não o golpe.

(*) Deputado Federal (PT-ES) e Prefeito de Cariacica-ES entre 2005-2012

Artigo publicado no Jornal O Globo – 29/02/2016

A percepção da corrupção

Helder Salomão*

Pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada em novembro de 2015, mostrou um dado importante: pela primeira vez, desde que a série histórica teve início em 1996, a corrupção superou a saúde, a educação e a segurança, e passou a ser o maior problema do Brasil, na percepção dos brasileiros. O estudo foi divulgado amplamente pelos meios de comunicação e muitos se apressaram em concluir que houve um aumento significativo da corrupção no país. Mas será essa a realidade?

Para início de conversa, a corrupção está presente no Brasil desde que os portugueses aqui chegaram no ano de 1500. Porém, devido à omissão da história oficial que nos foi contada, a informação não chegou completa ao nosso conhecimento. No entanto há pesquisas, relatos e estudos críticos que são fontes importantes para entendermos a abrangência e a complexidade deste problema. Elas revelam, por exemplo, o envolvimento de muitas lideranças políticas em escândalos de corrupção ao longo dos tempos.

Na última década, as atuações da Polícia Federal e do Ministério Público passaram a ser mais vigorosas com o aumento das investigações e punições a quem pratica atos ilícitos - muito embora vemos certos exageros e manipulações durante algumas investigações. Mesmo com um longo caminho a ser percorrido, atestamos que o momento atual é muito diferente de um passado recente em que os escândalos de corrupção eram jogados para debaixo do tapete ou para dentro das gavetas da impunidade. Isso explica, em certa medida, porque a percepção dos brasileiros sobre a corrupção era menor anos atrás.

Com o aumento do combate à corrupção, cresceu também a exposição do tema em todos os meios sociais. Soma-se a isso a tentativa perversa de desestabilizar o atual governo. Esta ação articulada tem o protagonismo de setores importantes da mídia, de lideranças expressivas da direita brasileira ligadas aos partidos, a órgãos de investigação e ao sistema de Justiça, que trabalham para colar na imagem do governo e do PT, toda responsabilidade pelos principais

atos de corrupção praticados no Brasil nos últimos anos. Para isso, promovem vazamentos de denúncias sem provas contra pessoas ligadas ao governo, praticam a omissão na investigação e na divulgação das denúncias contra os adversários do Governo Federal e fazem investigações e punições seletivas.

Embora este seja o momento em que mais se enfrentou o problema da corrupção no país, os erros cometidos por alguns membros do governo e do PT, serviram de combustível e alibi para a direita construir a tentativa de golpe. É absurda e imoral a ação que tenta responsabilizar um governo e um partido por todos os problemas de corrupção vividos no país. Por outro lado, também é inadmissível que pessoas ligadas ao governo e ao PT tenham se envolvido em malfeitos, a exemplo do que fizeram muitos outros políticos ligados a diferentes partidos, ao longo da nossa história.

Devemos admitir os erros cometidos por alguns membros dos governos do PT, mas não podemos permitir retrocessos e nem a interrupção do processo de consolidação da democracia brasileira. A sociedade está mais vigilante e os órgãos de controle, de investigação e de Justiça, mais atuantes. Defendo com firmeza que todos os que tiverem envolvimento comprovado com práticas de corrupção, de todos os partidos, devem ser punidos exemplarmente. Mesmo com todas as tentativas de manipulação, acredito firmemente que o Brasil vai sair mais forte deste processo.

(*) Deputado Federal (PT-ES)

Artigo publicado no site Aqui Notícias – 16/03/2016

Envelhecer e empreender: *duas vocações brasileiras*

Helder Salomão*

O Brasil possui duas características interessantes: uma é ser o país com o maior ritmo de envelhecimento no mundo, a outra é possuir a maior taxa de empreendedorismo do planeta. Contudo, esses dois dados não estão convergindo, pelo contrário, um tem virado barreira para o outro.

Nosso país está envelhecendo. A expectativa de vida subiu para 75,2 anos de idade em 2014, e estima-se que até 2050 o Brasil terá 30% de sua população acima dos 60 anos. Em paralelo, temos parte desse público empreendendo: 35% dos brasileiros, com idades entre 18 e 64 anos, são pequenos empreendedores.

Nos últimos anos, o olhar mais atencioso do Governo Federal fortaleceu esse perfil empreendedor do brasileiro. A promulgação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e a criação da figura do microempreendedor individual são grandes exemplos. Além disso, soma-se às conquistas, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado que além de visar, por óbvio, o financiamento, também combate à pobreza por meio de uma corrente virtuosa de geração de emprego, e incentiva a formalização de pequenos negócios. A legalização do empreendimento facilita o acesso a taxas de juros mais baixas, bem como gera tributos para a União, Estados e Municípios.

Assim, chegamos à seguinte construção lógica: o Brasil é o país que mais empreende e que mais envelhece, logo, temos muitos idosos empreendedores. Deveria ser assim, mas a realidade não é bem essa. As instituições financeiras, a despeito dessa vocação de empreender, vêm sistematicamente negando ou dificultando os empréstimos, inibindo o empreendedorismo dos idosos, o que é ilegal. Conforme o Estatuto do Idoso, negar empréstimos por causa da condição de pessoa idosa, é crime.

Não são raras as queixas de idosos que têm suas solicitações de empréstimos negadas pelos bancos apenas pela idade. O que a nosso ver, é um desrespeito aos homens e mulheres que contribuíram, e que ainda podem contribuir muito para o desenvolvimento econômico e social do nosso país.

Ora, o Estado não pode permitir que o cidadão com capacidade de empreender seja tolhido por ser idoso. A idade não pode ser barreira para o espírito empreendedor.

A população idosa, que queira continuar contribuindo para o crescimento do país, deve ser estimulada e fomentada. Entendo que é preciso evidenciar na lei do Microcrédito que a negativa de crédito, por causa da idade, é crime de preconceito. Com base nisso, apresentei o Projeto de Lei 4405/16 a fim de evitar que as instituições financeiras continuem a discriminar idosos e para

reforçar que isso é crime.

Que a idade seja motivo de celebração e não de condenação!

(*) Professor de filosofia e Deputado Federal (PT-ES)

Artigo publicado no Uol Notícias - 30/03/2016

‘Pedaladas’ de Dilma não seriam rejeitadas sob normalidade política

Helder Salomão*

Especial para o UOL

Se a tese do TCU (Tribunal de Contas da União) for vitoriosa, e a presidente Dilma for condenada por causa das chamadas pedaladas fiscais, abriremos um precedente perigoso no Brasil.

Não concordo com o termo “pedaladas fiscais”. Ele foi cunhado politicamente pelo TCU e pela oposição para desqualificar a gestão da presidente. Precisamos ter mais franqueza intelectual e técnica para definir como foram realizados esses procedimentos contábeis durante os governos dos ex-presidentes Itamar, FHC e Lula. Não foi apenas a atual presidente que “pedalou” na execução orçamentária nos últimos anos.

A antecipação de recursos vinda de bancos públicos (Caixa e Banco do Brasil) para sustentar programas sociais – como Bolsa Família, Pronatec, Fies e Minha Casa, Minha Vida – não é crime de responsabilidade nem desvio de dinheiro público. Pelo contrário, foi uma medida do governo, num contexto de crise na economia internacional e na brasileira, para garantir a continuidade desses programas sociais que mudaram a vida de milhões de brasileiros na última década.

Por que será que o TCU mudou o seu entendimento sobre essa prática em 2014 e em 2015, se tinha outra postura nos anos anteriores? A resposta é simples: por conta do ambiente político conturbado e da baixa popularidade da presidente Dilma. Não acredito que o TCU tivesse tomado uma decisão como

essa num cenário de normalidade política.

É por isso que a rejeição das contas de Dilma tem um componente político muito grande. O TCU, que deveria julgar tecnicamente as contas dos gestores públicos, travestiu-se de inquisidor político e usurpou o papel do Poder Legislativo. Essa decisão serve apenas aos interesses da oposição, que continua no palanque tentando prolongar a disputa eleitoral do ano passado, pois ainda não digeriu o resultado legítimo que as urnas deram em 2014.

Se essa moda pegar, e espero que não pegue, terá de haver uma mudança de entendimento nos tribunais de contas dos Estados e nos dos municípios. Mantida essa linha de julgamento das contas públicas haverá um efeito cascata, e teremos que punir também governadores e prefeitos que adotam esses mesmos procedimentos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe contribuições importantes, porém defendo que ela passe por alguns ajustes. Não para premiar os maus gestores, mas para considerar as excepcionalidades, como as crises por quais passam a economia mundial e a brasileira na atualidade.

Não é correto punir os gestores honestos e sérios por conta de fatores externos à sua governabilidade. O controle externo é indispensável para o aprimoramento da gestão pública, mas deve ter o seu foco no combate à corrupção e no desvio de recursos públicos e não nas meras formalidades administrativas. Em resumo, significa punir o crime, não o erro.

Por fim, não podemos permitir que prospere esse processo de julgamento meramente político, que poderá colocar em risco a estabilidade do nosso país. Precisamos da união entre diferentes forças políticas para poder construir uma agenda mínima para o Brasil superar este momento de dificuldade. Todo o nosso empenho é em defesa da consolidação da democracia brasileira, construída com suor, sacrifício e com a vida de muitos brasileiros.

(*) Deputado Federal (PT-ES) e Prefeito de Cariacica-ES entre 2005-2012

Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/opinia0/coluna/2016/03/30/pedala-das-de-dilma-nao-seriam-rejeitadas-sob-normalidade-politica.htm>.

Artigo publicado na Revista Vitória, publicação da
Arquidiocese de Vitória em novembro de 2016

Transição democrática de governo: respeito ao povo

Helder Salomão*

Ao final dos pleitos eleitorais tem início um período importante e delicado, que é a transição de governo. Embora haja dificuldades em todas as esferas, o maior problema reside nos municípios.

A transição deveria ser algo natural, sem traumas para a administração e, principalmente, para a população. Mas, quando o processo é conturbado, torna-se um dos principais entraves para a continuidade das políticas públicas e repercute negativamente para o interesse do cidadão.

Além da paralisação dos serviços essenciais e dos investimentos, a transição conflituosa ou a ausência dela, provoca a descontinuidade administrativa. Isso cria um hiato no desenvolvimento econômico e social do município e gera prejuízos que podem levar anos para serem solucionados.

A institucionalização da transição está consolidada no artigo 37 da Constituição Federal, que determina que a administração pública deve ter por princípio a continuidade. Esta norma indica que não deveria haver rupturas abruptas e descontinuidade de um mandato para outro.

Uma transição democrática e transparente é sinal de compromisso e responsabilidade de quem está encerrando o mandato, pois proporciona a quem venceu as eleições o conhecimento sobre todas as áreas da administração.

Devemos ressaltar que para que se tenha um processo eficiente é fundamental que haja diálogo entre as equipes de transição, que devem ter capacidade técnica e política para fazerem um bom diagnóstico da realidade municipal, evitando, assim, qualquer tipo de paralisia dos serviços e prejuízos aos munícipes.

Podemos afirmar que essa prática não ocorre na maioria dos municípios brasileiros. Quando me elegi prefeito de Cariacica, em 2004, senti na pele este problema. Não houve diálogo e muito menos transição com a administração

da época. Resultado: assumi a prefeitura em janeiro de 2005 sem acesso às informações da administração municipal. Isso, além de o gestor da época ter abandonado o “barco” nos últimos dois meses de governo, gerando caos no município.

O descaso foi tão grande que no dia da minha posse precisamos chamar um chaveiro para abrir as portas do gabinete do prefeito. Todo esse desrespeito gerou atraso na tomada de decisões importantes para o município e prejuízos para a população, já que tivemos que realizar a transição no decorrer do governo. Ou seja, fomos obrigados a “trocar o pneu do carro em movimento”. Quando encerrei o segundo mandato, em 2012, fizemos o processo de transição mais democrático e transparente da história de Cariacica.

Para que haja uma transição sem riscos para a cidade, é primordial que se crie o marco legal, com o estabelecimento das regras que ajudem na elaboração de relatórios técnicos com diagnóstico detalhado sobre a real situação da administração pública.

Em síntese, a transição republicana fortalece a democracia, garante a alternância de governo sem descontinuidade administrativa, preserva as políticas públicas e, acima de tudo, significa respeito ao povo.

(*) Deputado Federal (PT-ES) e Prefeito de Cariacica-ES entre 2005-2012

Assessoria do mandato



Equipe Espírito Santo



Equipe Brasília

O Mandato Presente possui duas equipes – uma em Brasília e outra no Espírito Santo - que trabalham em sintonia para atender as expectativas e as demandas da população brasileira, em especial a capixaba e a cariacaquense.



*“Não sei fazer política longe do povo.
Por isso, estou sempre presente nas lutas sociais prestando
contas das ações do mandato. Acredito que só com a
participação da sociedade teremos mais democracia,
mais direitos, mais justiça e mais cidadania.”*

Helder Salomão